

Este artigo começa com o resumo dos maiores elementos teóricos na definição de uma classe dirigente global. Explica como os neoconservadores dos Estados Unidos tomaram o poder e utilizaram a mudança de regime para criar o caos noutras regiões. Uma estratégia de tensão é utilizada para pressionar a população a aceitar. Mas a verdadeira revolução é em que medida a política factual escapa a qualquer tentativa do controlo democrático. Três estudos de até onde já foi o Departamento de Estado. A Democracia está no limite da sobrevivência.

1. Teoria

Nos artigos anteriores (Hamm, B. 2010) sugeri um enquadramento analítico para o estudo do poder em relação ao futuro da sociedade global. Este estudo apresenta especificamente quatro temas: 1 Como está estruturada internamente a classe dirigente global? 2. É teoricamente correcto utilizar o termo classe para a elite dirigente? 3. Quais são os principais instrumentos do poder? 4. Qual o impacto destas ideias analíticas no futuro provável da sociedade humana?

Assente no trabalho seminal de C. Wright Mills *Elite no Poder*, uma pesquisa recente da estrutura do poder sugere um modelo de tipo ideal de quatro círculos concêntricos. No círculo interno encontramos o poder global do dinheiro, os indivíduos mais ricos, famílias ou clãs, todos com fortunas superiores a 2 mil milhões de euros. Os CEOs de grandes corporações transnacionais e os maiores jogadores financeiros internacionais constituem o segundo círculo. Estão essencialmente interessados no aumento da riqueza do círculo interno, e da deles próprios. Políticos internacionais de topo, alguns activos nos governos e instituições internacionais, outros mais em fundo como conselheiros, militares de topo, compõem o terceiro círculo. Essa classe política tem compromissos, organiza a distribuição do produto social de modo a transferir o máximo que o poder actual permitir para os bolsos do primeiro e segundo círculos, e garantir a legitimidade de governos organizando o circo político de uma estrutura alegadamente pluralista. O quarto círculo será composto por académicos de renome, advogados, e por vezes autores proeminentes, artistas de cinema e musica, representantes de ONG's, alguns líderes religiosos, alguns criminosos importantes e outros para decoração dos círculos internos. Têm o privilégio de acesso directo ao poder, serão pagos e tudo farão para não perder esses benefícios (Hamm, B., 2010:1008-9, veja-se também Philips, P., Osborne, B. 2013).

Parece que o grau de internacionalização dos poderosos está de acordo com o seu estatuto na hierarquia do círculo. Os dois círculos interiores foram sempre internacionais. O terceiro e o quarto, porém, estão mais chegados à nacionalidade (por pertença, por eleições) do que o primeiro e o segundo. O círculo interno não é estático mas é relativamente sólido. Assenta no capital financeiro e social frequentemente acumulado por gerações anteriores, o aço, bancos, armas, ou barões do petróleo. A maior fonte de poder é ter nascido numa família do círculo interno. Os Rockfeller, os Rothschild, os Morgan, os DuPont, os Vanderbilt, os Agnelli,

os Thyssenou, os Krupp são exemplos ilustrativos (veja-se Holbrook, 1953; ou mais recentemente Landes, 2006; Marshall, A.G. 2013).

Há também os *novos ricos*. Nomes

como George Soros, William Gates, Zuckerberg, Sheldon Adelson, ou os irmãos Koch por exemplo (Smith, Y. 2013); oligarcas russos ou europeus de Leste como Alisher Usmanov, Mikhail Chodorkowski, Boris Berezowski, Mikhail Fridman, Rinat Alimetov, Leonid Mikhelson, Viktor Vekselberg, Andrej Melnichenko, Roman Abramovitch, Carlos Slim Helu, Lakshmi Mittal, Mukesh Ambani, Jorge Paulo Lemann, Íris Fontbona ou Aliko Dangote dos chamados países menos desenvolvidos. Estes que aparecem tendem a ser politicamente mais activos, pelo menos à boca do palco, do que as famílias mais ricas. George Soros com a sua Fundação da Sociedade Aberta, os seus avisos permanentes dos males do capitalismo selvagem é o mais conhecido pelas suas tendências liberais, enquanto os irmãos Koch, Sheldon Adelson ou Robert Murdoch são da direita agressiva. (Heath, T. 2014, Snyder, M. 2013; Webster, S.C. 2013). Os oligarcas do antigo bloco soviético quase todos fizeram fortuna durante a presidência de Boris Yeltsin que, sempre em estado etílico, deu lugar a privatizações em grande escala de corporações do Estado, de matérias-primas, após o colapso do regime socialista. Terapia de choque foi utilizada por indicação de conselheiros ocidentais, especialmente o programa de privatização de Harvard com Jeffrey Sachs como figura de proa, assim como o Fundo Monetário Internacional. Jegor Gajdar, Anatoli Tchubais, um oligarca, e Alfred Koch [1] eram os seus executivos locais na Rússia, Vaclav Klaus na Checoslováquia. Leszek Balcerowicz na Polónia. O método de criar oligarcas e polarização social é fácil de entender, e tem sido praticado até hoje de vez em quando pelo FMI como parte da sua política de ajustamento estrutural (depois chamada cinicamente estratégia de redução da pobreza); acaba com todo o controlo de prémios e subvenções públicas, empregados públicos em *lay-off*, limita os salários, desvaloriza a moeda, e privatiza corporações públicas e infra-estruturas no consenso de Washington. A pobreza alargada é o resultado imediato e a outra face da moeda da riqueza extremamente concentrada nas mãos de poucos.

Constitui esta oligarquia global uma classe social no sentido teórico do termo? Em caso afirmativo deveria 1. Controlar os meios de produção. 2. Estar unida no espírito de classe e na mentalidade de grupo. 3. Fazer parte de uma luta de classe global sobre a distribuição do produto social. O segundo critério foi discutido nos anos de 2010, e respondido positivamente: «Os GRC tendem a ver-se como reis feudais, de superioridade divina colocando-se acima de todos os outros seres humanos. Semelhantemente o fascismo é um pilar básico para esta ideologia, e a guerra será justamente um dos meios de aumentar o seu poder e seus lucros (Hamm, 2010:1010; veja-se também Turley, J. 2014; Dolan, E.W. 2013). Como a elite financeira geralmente tende a focar os seus contactos sociais entre si, o pensamento grupal sai

permanentemente reforçado. Isso é essencialmente verdadeiro mesmo que não seja homogêneo (Lofgren, M. 2013).

No primeiro caso temos de sublinhar até onde o sector financeiro tem o controlo das indústrias produtoras. Aqui, é decisiva a enorme quantidade de dólares acabados de imprimir injectada na economia global desde a abolição do padrão de ouro em 1971. O Banco da Reserva Federal sob sucessivas administrações norte-americanas tem seguido até hoje esta política. A quantidade de dinheiro que rola em investimentos positivos não é suportada pela produção de serviços mas sim pela impressão de moeda. Permite à indústria financeira comprar negócios reais por quotas e os seus respectivos derivativos dentro e fora dos Estados Unidos. Assim, a indústria financeira na realidade adquiriu o controlo de grandes partes da economia real incluindo, via cadeias de produção, negócios de grande e médio volume, terras férteis e matérias-primas. É largamente influente na ciência e tecnologia e, através dos seus lobbies e campanhas de donativos, na tomada de decisões. Na realidade, como os criadores de leis norte-americanos pertencem ao terceiro círculo do nosso modelo de poder, também tendem a identificar-se com os interesses dos círculos internos (*Escolha de Moeda* 2013). Assim, é correcto concluir que a indústria financeira controla os meios de produção.

Frequentemente os escritores entendem a luta de classes como uma acção tomada por trabalhadores para defender os interesses da classe trabalhadora, ignorando a igualmente significativa luta de classes organizada e dirigida pela classe dominante via Estado: «Toda a panóplia das políticas neoliberais, das chamadas «medidas de austeridade» ao despedimento em massa de empregados públicos e privados a transferências massivas de riqueza para credores, destinam-se a fortalecer o poder, riqueza e primazia de diversos sectores de capital à custa do trabalho... Luta de classes a partir de cima destina-se a aumentar a concentração de riqueza na classe dominante, aumentando as taxas regressivas sobre os trabalhadores e reduzindo as taxas sobre corporações, reforçando selectivamente regras que facilitam a especulação financeira e baixando despesas sociais para pensões, saúde e educação para as famílias dos trabalhadores. A luta de classes a partir de cima procura maximizar o poder colectivo do capital via leis restritivas sobre as organizações trabalhistas, movimentos sociais e direitos adquiridos dos trabalhadores. Os orçamentos através de fianças são espaços de luta de classes; bancos são espaços de luta de classes entre os hipotecários e as casas, credores e devedores. «Triliões de dólares são transferidos do Tesouro Público para banqueiros salvadores. Centenas de biliões em cortes sociais são impostos aos trabalhadores, cerceando todos os sectores da economia. (Petras, J. 2013). Os governos são instrumentos de extracção de dinheiro às populações via impostos e transferências para os ricos através do sistema bancário. O que estão a fazer com a ajuda do FMI à Grécia, Portugal, Irlanda ou Chipre, ou Espanha e o que esperam fazer à Ucrânia, Egipto, Tailândia, Venezuela ou Líbia fizeram anteriormente a países em vias de desenvolvimento com a mesma receita. «Eles querem tudo. Lucro e poder. O nosso mundo está a ser dominado e reformado por uma pequena elite global

financeira, corporativa, política e intelectual. E todos devem sofrer para eles puderem ter o que qualquer um na sua posição quereria ter: mais, eles querem tudo. E querem que nos calemos e os deixemos levar tudo. Se tiverem problemas com isso, é para isso que existem motins, prisões, e fascismo". (Marshall, A.G. 2013; Drum, K. 2013).

Encontramos também um poder hierárquico global entre os estados-nação. Parafraseando o que foi dito das atitudes de membros da classe dominante: as nações mais poderosas tendem a ver-se com uma superioridade divina que as coloca muito acima das outras nações. O fascismo é um pilar dessa ideologia, e a guerra será um dos meios para aumentar o seu poder e lucros. «De acordo com esta doutrina farisaica (principalmente americana), a América é o país indispensável. O que isto significa é que os Estados Unidos foram escolhidos pela história para estabelecer a hegemonia do «capitalismo democrático» secular sobre o mundo. A primazia deste objectivo coloca o governo dos Estados Unidos acima da moral tradicional e acima de qualquer lei, tanto nacional como internacional» (Roberts, P.C., 2013)

O papel de hegemonia do mundo tem um preço alto. (Nader, R., 2014). A polarização socioeconómica aumentou muito. Centenas de milhares de famílias foram expulsas das suas casas por execução de hipotecas. Cerca de 20% de todas as casas vivem de senhas de alimentação. Um número cada vez maior de pessoas já não pode pagar a renda, nem cuidar da reforma; milhares vivem em cidades de barracas e tendas. Alguns governos de câmaras já começaram a afastar os pobres para a periferia para que estes se tornem cada vez mais invisíveis [2]. Embora a tendência seja geral, mulheres, crianças e não brancos são os mais afectados. As consequências em forma de cuidados de saúde reduzidos e taxas de mortalidade crescentes já começam a ser apresentadas [3]. Uma criança nascida hoje nos Estados Unidos ao respirar pela primeira vez já deve 50.000 dólares (Ventura, J. 2013). A indústria prisional lucra com uma política de encarceramento com sentenças perpétuas a que nem as crianças escapam.

A existência do dólar norte-americano como moeda de reserva constituiu o pilar económico dos Estados Unidos como o único superpoder permanente. Quando os Estados Unidos conseguirem exportar todo o dinheiro acabado de imprimir, poderão comprar os produtos de outras sociedades pelo simples preço da impressão e obrigar outros países a pagar pelo luxo e pelo poder militar fantástico e pela indústria da guerra. Adicione-se a isso a política de ajustamento exercida pelo Banco Mundial controlado pelos norte-americanos e o Fundo Monetário Internacional, mais as acções secretas da CIA no mundo inteiro. Assim é analiticamente correcto dizer que os Estados Unidos se tornaram o adversário na luta de classe global. Portanto o núcleo da classe dominante global reside nos Estados Unidos. Como na teoria estrutural do imperialismo de Galtung (Galtung, J. 1980), a hegemonia está em vassalagem em nações subordinadas sob a forma de governos aliados. Elites em nações subordinadas existem para garantir o papel inatacável da hegemonia global, para permitir o

acesso permanente aos recursos locais e direitos de controlo garantindo a imunidade aos seus representantes. Assim, podemos tentar colocar a classe dominante global na elite do poder dos Estados Unidos.

O maior teste de poder tanto a nível individual como colectivo é baseado em dois critérios: a possibilidade de evitar perseguição por crimes cometidos, ou impunidade, e até onde poderemos apropriar-nos da riqueza dos outros. Um exemplo importante é dado pelos ataques de 9/11. Os que conseguiram impedir uma nova investigação detalhada sobre a narrativa oficial (entre muitos Rupert, M. 2004) estão obviamente numa posição de força. Também os que iniciaram a guerra e são responsáveis por centenas de milhares de mortos sem responderem por isso em tribunal. Ninguém no governo dos Estados Unidos foi responsabilizado por tortura, mísseis e vítimas de drones, crimes proibidos por lei nos Estados Unidos e na Convenção de Genebra, ou por violação de direitos constitucionais — espionagem autorizada, buscas ilegais, violações de *habeas corpus*, execução de cidadãos sem o devido processo, negação de representantes legais, sentenças com provas secretas. Quem será responsável pelos efeitos a longo prazo dos bombardeamentos nucleares de Hiroxima e Nagasaki? Ou pelo lançamento do agente amarelo no Vietname? Ou pela utilização do urânio empobrecido no Iraque? Os criminosos de guerra podiam ser identificados — mas quem os julgará? Não só os Estados Unidos mataram um milhão e meio de pessoas, principalmente iraquianos e alguns americanos, como arruinaram o país e infligiram custos de quase três triliões de dólares ao pagador de impostos, mas acenderam também um conflito sunita-shiita (Stone, O., Kuznick, P., 2013:521-34). «O departamento de justiça de Obama, em especial o Chefe da Divisão Criminal [...] nem sequer tentou contar os criminosos de alto nível. O que os oficiais de Justiça de Obama realizaram foi apenas o que foi feito na área de crimes de alto nível de tortura e escutas ilegais: principalmente protegeram as facções mais poderosas na sociedade perante provas inegáveis de criminalidade grave. (Greenwald, G. 2013). Quem levará a julgamento os banqueiros que afundaram a classe media? (Witney, M. 2014; Cantu, A. 2014)

2. Quem governava o mundo — ontem e como?

2.1 O aparecimento dos neocons

Os Americanos estão convencidos de que é apenas a autoridade global dos Estados Unidos que escora o grau de segurança e prosperidade que existe no mundo. Sem isso seria o caos crescente, a estagnação económica e guerras internacionais ainda mais frequentes. Os proponentes desta concepção sublinham a dependência da ordem mundial das capacidades norte-americanas, em termos militares, económicos e ideológicos (Falk, R. 2014). Falk menciona Michael Mandelbaum como o defensor mais veemente desta posição nos seus livros [4]. Recentemente Mandelbaum reiterou este argumento num pequeno estudo (2014): «Este governo mundial, embora administrado do seu quartel-general em Washington é,

de acordo com os seus promotores, meta-político e não egoísta. Devia ser apreciado por todas as pessoas de boa vontade como um contributo para o melhoramento da humanidade.”

«A ofensiva neoconservadora» (Hamm, B., 2005, 1-18) começou em Agosto 1971 com o Manifesto Powell (Nace, T., 2003 [5] e teve o seu primeiro grande êxito quando Ronald Reagan chegou ao poder e trouxe com ele muitos dos falcões neoconservadores. Eles já haviam estado antes no poder e aguardavam a sua vez. O fim veio provavelmente com as revelações de Edward Snowden em Junho de 2013 quando pessoas, corporações e governos em todo o mundo acordaram para o facto de que todas as suas comunicações electrónicas eram espiadas pela NSA.

Ronald Reagan foi o presidente mais mal informado, um velho que dormitava nas reuniões do Conselho Nacional de Segurança e que olhava o mundo através das lentes dos filmes de Hollywood: homem de cultura limitada mas de profunda fé religiosa e profundas convicções conservadoras, pouco ligava à política e não se interessava por pormenores... O estilo desinteressado de Reagan e a falta de experiência em política externa abriu a porta a intrigas palacianas entre os seus subordinados, que queriam preencher o vazio» (Stone, O. Kuznich, P. 2012:421-4).

Em meados de 1970 o então secretário da Defesa norte-americana Donald Rumsfeld começou a afirmar que o governo soviético andava a ignorar tratados bilaterais e a fabricar secretamente armas com a intenção de atacar os Estados Unidos. Com Paul Wolfowitz, queria criar uma visão muito mais dura da União Soviética, das suas intenções, e ideias sobre como levar a cabo e ganhar uma guerra nuclear. Quando George H. W. Bush se tornou Director da CIA em 1976 criou um grupo de dezasseis especialistas externos que deviam estudar atentamente dados altamente secretos utilizados pela comunidade das secretas acerca das forças estratégicas conhecidos por Team B. As suas alegações provaram estar erradas. O director da CIA concluiu que a investigação do Team B «iniciou um processo passível de manipulação de pessoas altamente colocadas no governo na administração de George W. Bush e formou as suas políticas militares e exteriores.”

O Team B foi parcialmente recrutado do Comité do Perigo Presente que se reuniu em 1950. Era um lobby directo do governo e procurou influenciar a opinião pública através de uma campanha de publicidade. Esta interacção do CPD foi dissolvida em 1953 quando os seus líderes receberam cargos na administração de Dwight Eisenhower. Reapareceu um pouco em Março de 1976 e forneceu 33 funcionários à administração de Ronald Reagan, incluindo o director da CIA William Casey, Conselheiro da Segurança Nacional Richard V. Allen, o embaixador dos Estados Unidos Jeane Kirkpatrick, o Secretário da Marinha John Lehman, o secretário de estado George Schultz e o subsecretario da Defesa Richard Perle. Em Junho de 2004 surgiu a terceira fase do CPD para dirigir a Guerra ao Terrorismo, que continua activa.

«Hoje o CPD inclui mais de 100 antigos funcionários da Casa Branca, embaixadores, secretários de gabinete, académicos, escritores, e outros especialistas de política externa. O seu co-presidente é o honorável George Schultz, secretário de estado de Ronald Reagan e R. James Woolsey, director da CIA do presidente Clinton, os senadores Joe Lieberman e Jon Kyl servem como co-presidentes honoráveis. [6]

Em 1997, um grupo surgiu sob o nome de “projecto para um novo século americano” (PNAC) um grupo de estudo em Washington, D.C. fundado por William Kristol e Robert Kagan. O principal alvo do PNAC é promover a liderança global da América. Era fundamental para o PNAC a certeza de que a liderança da América é boa para a América e para o mundo e o suporte da uma política de Reagan de esforço militar e clareza moral. Com os seus membros em posições-chave na administração o PNAC exerceu influência em altos funcionários na administração de George W. Bush e formatou o seu desenvolvimento de políticas militares e externas.

O primeiro teste militar após o colapso do império soviético foi levar o presidente do Iraque Saddam Hussein para a armadilha do Kuwait em 1990. A «coligação dos homens de boa vontade» de 28 nações foi criada e a guerra trazida para o Iraque, a guerra que primeiro utilizou armas perigosas e depois sanções e ainda não acabou. A mais ridícula de todas as aventuras a que o PNAC forçou as forças militares mais poderosas do mundo foi a invasão de Granada (1983) «a instauração das intervenções imperiais dos Estados Unidos sem que o Congresso ou o público se manifestassem foi gradual no período de 1973-1990. Começou a acelerar em 1990 e depois avançou em força após o 11 de Setembro de 2001” (Petras, J., 2013)

O alvo da mudança de regime no Iraque continuou a ser a constante do PNAC. Em 16 de Janeiro de 1998, membros do PNAC, incluindo Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz e Robert Zoellick enviaram uma carta aberta ao presidente Bill Clinton instando com ele para afastar Saddam Hussein do poder. Afirmaram que Saddam Hussein era uma ameaça para os Estados Unidos, os seus aliados do Médio Oriente, e o petróleo na região se ele continuasse a manter o que eles afirmavam ser uma pilha de armas de destruição maciça. O PNAC também apoiava o Acto de Libertação do Iraque de 1998. Alguns viam a carta de 1998 como prova de que a invasão do Iraque em 2003 era uma conclusão prévia (Mackay, N. 2004).

Não devemos esquecer que também a guerra contra o Afeganistão já havia sido planeada bem antes dos ataques do 11 de Setembro. Oficiais dos Estados Unidos já haviam estado em conversações com os talibãs para erguer um pipeline do mar Cáspio a Carachi, via Afeganistão, para não ter de atravessar o Irão. Em Julho de 2001, um diplomata alemão afirmou que as conversações terminaram com uma declaração dos Estados Unidos: «Ou os

cobrimos com um tapete de ouro (se concordarem) ou os cobrimos com um tapete de bombas». Até a data do início dos bombardeamentos foi anunciada para 7 de Outubro de 2001. Isso nada teve a ver com os ataques de 11 de Setembro, nem com Osama bin Laden.

Recriar as Defesas da América, o documento mais famoso do grupo PNAC, foi escrito por Rumsfeld, Cheney, Wolfowitz e Scooter Libby, envolvendo assuntos como «manter o poderio dos Estados Unidos, destruir poderes rivais e delinear o sistema de segurança global de acordo com os interesses dos Estados Unidos». A Secção V, intitulada «Criação da Força Dominante de Amanhã», inclui a frase: «Prosseguir com o processo de transformação, mesmo que este traga mudanças revolucionárias, e que será longo, mesmo com algo catalisador e catastrófico como Pearl Harbour» Embora não implicasse necessariamente membros da administração Bush nestes ataques, afirma-se que os membros do PNAC utilizaram os acontecimentos do 11 de Setembro como o «Pearl Harbour» que necessitavam de capitalizar para conseguir realizar os seu planos há muito sonhados.

No fim de 2006, o PNAC estava reduzido a um *voice mail* e um *website* fantasma, «com um empregado para vista». Em 2006, Gary Smith, antigo director executivo do PNAC, um erudito no Instituto Americano de Empresas e director do programa Estudos Estratégicos Avançados, declarou que o PNAC tinha «terminado» [8] Porém, o incansável falcão neocon Robert Kagan substituiu-o pela Iniciativa de Política Externa.

2.2 Mudança de Regime

A estratégia seguida pelo PNAC e a administração Bush filho foi formulada pelo anterior Conselheiro da Segurança Nacional Zbigniew Brzezinski: «O consumo de energia mundial vai ser cada vez maior nas próximas duas ou três décadas. Estimativas do Departamento de Energia dos Estados Unidos antecipam que a demanda mundial vai subir mais de 50% entre 1993 e 2015, com o maior aumento no Extremo Oriente. O momento do desenvolvimento da economia da Ásia começa já a gerar pressões enormes para a exploração de novas fontes de energia, e a região da Ásia Central e da bacia do Mar Cáspio têm reservas de gás natural e petróleo que ultrapassam as do Kuwait, do golfo do México, ou do Mar do Norte. (Brzezinski, Z., 1997: 125). «Além do mais eles (as repúblicas da Ásia Central) são importantes do ponto de vista da segurança e das ambições históricas em relação a pelo menos três dos seus vizinhos mais próximos e poderosos, Rússia, Turquia e Irão, com a China a demonstrar também um interesse político cada vez maior na região (*ibid.*, 124).

A partir de 1991, os Estados Unidos prosseguiram a estratégia de cercar a Rússia, como têm feito com outros inimigos declarados como a China e o Irão. Trouxeram 12 países na Europa central, todos anteriormente aliados a Moscovo, para dentro da NATO. O poder militar dos Estados Unidos está agora às portas da Rússia. A actual crise da Ucrânia é em parte resultado

de um cálculo zero que forma a política norte-americana para com Moscovo desde a Guerra-Fria: qualquer dano à Rússia é uma vitória americana, e tudo o que for positivo para a Rússia é mau para os Estados Unidos. Por mais que esta teoria seja contestada pelos retóricos ocidentais e atacada pelos media ocidentais, é perfeitamente entendida pela Rússia, China ou Irão.

Lentamente, sob a presidência de Gerald Ford e principalmente de Jimmy Carter, surgiu uma ressurreição imperial na forma de apoio clandestino aos rebeldes na África do Sul e ditaduras militares neoliberais na América Latina. As primeiras intervenções imperiais em larga escala envolveram apoio maciço aos islâmicos contra o governo secular do Afeganistão e uma invasão jihadista mercenária nos estados membros do sul da União Soviética, apoiada pela Arábia Saudita, Paquistão e Estados Unidos (1979). Desde 11 de Setembro de 2001, as forças das Operações Especiais dos Estados Unidos cresceram sem parar. Nos dias tristes da presidência de Bush, as Operações Especiais seguiram para 60 países do mundo. Em 2013, a elite das forças norte-americanas espalharam-se por 134 países. Isso aumentou 123% durante os anos de Obama e demonstra como os Estados Unidos estão envolvidos numa forma crescente de projecção de poder além-fronteiras. Maioritariamente conduzida na sombra pelas tropas de elite da América, a grande maioria dessas missões realiza-se longe dos olhares, do escrutínio dos media, ou qualquer outra supervisão, aumentando as oportunidades de ataques imprevistos de consequências catastróficas. A SOCOM procura encontrar 72.000 pessoas em 2014, cerca de 33.000 em 2001. Os fundos aumentaram de um orçamento base de 2.3 mil milhões em 2001, para 6,9 mil milhões em 2013 (\$10,4 mil milhões se acrescentarmos fundos suplementares) (Turse, N. 2014).

De modo a instalar governos obedientes aos interesses e desejos dos Estados Unidos, os governos americanos têm estado envolvidos e têm apoiado o derrubamento de muitos governos estrangeiros sem a utilização aberta das forças militares norte-americanas. Frequentemente, essas operações pertencem à Agência Central de Inteligência (CIA) ou, melhor ainda, ao Núcleo Nacional para a Democracia (NED), (Lopez, A. 2014). Mudanças de regime têm sido tentadas através do envolvimento de operações dos Estados Unidos, fundos e treino de grupos insurrectos nesses países, campanhas de propaganda anti-regime, golpes de estado e outras actividades [9].

A arte da mudança de regime, suave ou dura, tem sido uma parte importante e bem desenvolvida da política externa dos Estados Unidos desde o golpe do Irão nos princípios de 1950. A começar com a Sérvia em 2000, «revoluções coloridas» espalharam-se por muitos dos antigos aliados da União Soviética (com o insucesso de Belarus), a Myanmar 2007 (insucesso) e Norte de África. A propaganda é sempre a mesma, centrada em palavras como democracia, direitos humanos, prosperidade, justiça e liberdade quando na realidade, desregulamentação, privatização, recursos naturais, prosperidade, bases militares e venda de armamento e

contenção de rivais potenciais. (Moglia, J. 2014). Os media, principalmente anúncios de TV, opinião pública, juntamente com células revolucionárias e dinheiro sem fim, principalmente de fontes públicas ou privadas norte-americanas ou oligarcas exilados russos ajudam a orquestrar o processo de transição. O Fundo de Sociedade Aberta de Soros com numerosas subsidiárias e a sua Universidade da Europa Central são exemplos ilustrativos.

Concebida para a campanha cívica OK98 na Eslováquia, a estratégia tem sido progressivamente aperfeiçoada e adaptada a outros contextos. Na Sérvia deu origem à chamada «Revolução Bulldózer» e levou ao fim do regime de Milosevic. Progrediu para outros contextos, auxiliando protestos e mudanças de regime na Geórgia, Ucrânia e até no Quirguizistão. O percurso dessa estratégia é perfeitamente visível, com todos os acontecimentos numa sequência clara: regime impopular, falsificação de eleições, protestos de rua e a morte política do actual presidente. Em virtude do seu componente altamente não violento, parecem-se mais com um partido maciço do que com uma confrontação directa com as autoridades. Enquanto os regimes em países como Belarus e Uzbequistão apertaram o controle de fundos internacionais e ONGs, a Geórgia e a Ucrânia continuaram parcialmente liberais a esse respeito. Os dois países ficaram abertos à influência ocidental embora continuassem a manter relações decentes com Moscovo. A Universidade da Europa Central selecciona o que se tornou a elite desses países. Programas de assistência a estudantes ucranianos e georgianos estão estabelecidos nos Estados e *in loco*. Poderíamos interpretar essas «revoluções coloridas» como braço de ferro entre Moscovo e Washington, com os Estados Unidos a tentarem timidamente ter uma voz? (Polese, A. 2011).

As acções dos governos dos Estados Unidos para a mudança de regimes significam muitos milhares de pessoas mortas (Blum, W., 2004). A *Operação Gladio*, supervisionada pela NATO e ordenada por Washington, tem o único propósito de impedir partidos de esquerda na Europa de serem democraticamente eleitos (Ganser, D., 2005), a *Operação Condor* (Calloni 2010) usou regimes de terror e esquadrões da morte na América Latina para garantir governos subservientes, por mais cruéis que fossem (Davies, N.J.S. 2014). No momento em que escrevo podemos observar operações de mudanças de regime no Egipto, Tailândia, Venezuela, Síria, Ucrânia. Estão todas a ser preparadas e acompanhadas por campanhas de propaganda cuidadosamente planeadas. Em nenhuma dessas e em muitas outras anteriores nunca foram discutidas estas interferências por governos democráticos. Bem pelo contrário, o resultado é normalmente uma espécie de junta corrupta que toma o poder cujo único benefício é enriquecer uma pequena parcela de criminosos locais e os seus cúmplices norte-americanos. Pobreza acrescida, polarização social e conflitos são as consequências normais. (Mitchell, G. 2014; Goszola, K. 2014; Vance, L.M. 2014). A política externa do PNAC tem falhado em toda a parte, sem excepção. Em vez de regimes favoráveis aos Estados Unidos e obedientes às suas leis, criam o caos, medo e hostilidade. O PNAC preparou o caixão em que o poder global dos Estados Unidos vai ser enterrado.

A sua maior obra foi até onde chegaram com a sua ideologia neoconservadora e a tornaram filosofia política no Ocidente, e mais ainda, nos países em transição da Europa oriental. O seu maior erro de impacto verdadeiramente global foi a diligente recusa às propostas de paz e desarmamento pelo presidente russo Mikhail Gorbachev desde 1986. Nem sequer verificaram a seriedade das suas propostas. Desejosos de dar um golpe mortal no seu rival global, ajudaram a expulsar o seu líder carismático e a substituí-lo por um alcoólico patológico, Boris Yeltsin. Os principais responsáveis foram Richard Perle, Paul Wolfowitz e Dick Cheney, depois vice-presidente. O mesmo se pode dizer a respeito das propostas do presidente Putin para uma cooperação mais intensa e uma maior confiança que foram rejeitadas pela administração Obama.

Porque escolhe a administração Obama este tipo de política externa? A principal razão é que os países acima referidos saíram da órbita de controlo dos Estados Unidos, e só os grupos de extrema-direita estão interessados em levar os seus países de volta à órbita dos Estados Unidos. Finalmente, os capitalistas americanos têm montanhas de lucro quando um país está dependente de empréstimos norte-americanos, armas americanas, produtos americanos, alimentos, etc. É por isso que o «establishment» norte-americano — representado agora pela administração Obama — não pode deixar a América Latina, o Médio Oriente, ou a Europa oriental serem independentes ou caírem na órbita de um poder regional competitivo como a Rússia. Há demasiados lucros em jogo. A paz não é uma opção» (Cookie, S., 2014)

2.3 A estratégia de tensão

Como se tornou isto aceitável para o povo americano? A estratégia de tensão é uma tática que procura dividir, manipular e controlar a opinião pública utilizando medo, propaganda, desinformação, guerra psicológica, agentes provocadores e acções terroristas de bandeira falsa. [10] A estratégia desempenhou um papel especial dentro dos Estados Unidos. Os Americanos que cresceram nos anos 50 tiveram vidas de terror constante — medo que os comunistas estivessem por todo o lado, medo que o comunismo fosse uma doença contagiosa da mente que se espalharia por toda a América e pelo resto do mundo, e medo de que a União Soviética fosse iniciar um ataque nuclear aos Estados Unidos. O medo passou a moeda do império para segurança nacional. Coexistência pacífica com a União Soviética era a última coisa que os Estados Unidos queriam. Não justificaria o poder militar permanente, um império externo de bases militares, operações secretas da CIA, NAS, espionagem, intervencionismo externo, golpes, assassinatos, tortura, inspecções, e apoio a ditaduras estrangeiras (Hornberger, J.G. 2013).

Em 2013, o presidente Obama, quase um eco do infame Senador Joseph McCarthy, trouxe o inimigo ainda para mais perto, num discurso na Universidade de Defesa Nacional

«enfrentamos aqui uma ameaça real de indivíduos radicalizados nos Estados Unidos» — indivíduos radicalizados que são «loucos ou alienados — muitos deles cidadãos americanos ou residentes legais». O subtexto seria: se queremos apanhá-los, temos de os procurar cá dentro. O pretexto para o estado de inspecção foi assim estabelecido: Demonstrando desconfiança, invadindo a privacidade, retirando os nossos direitos, sujeitando-nos a leis arbitrarias e irracionais, e lembrando-nos constantemente que isto é a única coisa entre nós e a morte às mãos de terroristas, o TSA e semelhantes semeiam o medo. E ao fazê-lo, colocam-se directamente nas mãos dos terroristas». Um perfeito exemplo deste medo absurdo aconteceu no caso da bomba da Maratona de Bóston a 15 de Abril de 2013, em que o departamento de Polícia de Bóston impôs efectivamente a lei marcial e invadiu as casas. As bombas foram terríveis (morreram três pessoas e mais de 260 ficaram feridas), mas dois dias mais tarde aconteceu outra coisa terrível: uma enorme explosão numa fábrica de fertilizantes no Texas matou pelo menos 14 pessoas e feriu mais de 160. Teriam sido terroristas? Saddam Hussein desenvolveu alegadamente WDS — e Condoleeza Rice já avisara sobre um cogumelo gigante sobre a América». Mas enquanto os americanos gastam mais de mil milhões de dólares por ano no TSA, o teatro de segurança nacional em que 58 000 funcionários do TSA asseguram de que não se leve demasiada pasta de dentes ou champô nos aviões, o orçamento da Administração de Segurança e Saúde Ocupacional tem menos de \$600 milhões por ano (Ludlow, P. 2014).

O termo «nação» é um gatilho frequente para criar a reacção desvairada da multidão. A actuação de George W. Bush no 9/11 é um exemplo de como ele reuniu o apoio popular para as suas políticas. Repetidamente, as suas palavras afirmaram que o terrorismo desse dia era um ataque a todos os americanos. Começou com «Amigos, a nossa maneira de viver, a nossa liberdade foi atacada». Continuou a modelar as reacções psicológicas que podiam alimentar as suas políticas: «... encheu-nos de descrença, de uma terrível tristeza, de uma ira imensa e irresistível». Nessa altura invocou a nação: «Estes actos de morte indiscriminada foram efectuados para assustar a nossa nação e nos atirar para o caos e o retrocesso. Mas falharam. O nosso país é forte. Um grande povo se levanta para defender uma grande nação». Vou dirigir todos os recursos da nossa inteligência e das leis para descobrir os responsáveis e levá-los à justiça (Rozeff, M.S. 2014). Ironicamente ninguém foi levado à justiça por causa dos ataques do 11 de Setembro O patriotismo é um meio seguro para garantir uma obediência cega aos actos do governo (Sullivan, C. sem data; Kimberley, M. 2014).

A estratégia de tensão funciona melhor num meio onde a educação geral é pobre (*A Guerra das Crianças* 2014. *A morte na Educação na América*, 2013) e onde os media estão mais ou menos domesticados. Há mais de 1400 jornais diários nos Estados Unidos. Mas não há um único jornal, nem uma rede de TV, que se oponha inequivocamente às guerras americanas contra a Líbia, o Iraque, o Afeganistão, Jugoslávia, Panamá, Granada e Vietname (Blum, W. 2014; Lobe, J. 2014; Lynbaek, A. 2014). Os media nunca estiveram tão consolidados; seis

gigantes de media controlam quase 90% do que os cidadãos norte-americanos lêem, vêem ou ouvem. Alguns cooperam directa ou indirectamente com as agências de espionagem (Solomon, W. 2014).

3. O Estado Profundo

Na realidade, o mundo é cada vez mais governado pelo Estado Profundo (também chamado o Governo Secreto, Moyers, B. 1987), não controlado por mecanismos democráticos, de vez em quando discutido por alguns «teóricos da conspiração», com uma evidência total só recentemente revelada pela Wikileaks e Edward Snowden. Embora o presidente Obama não consiga realizar as suas políticas domésticas e orçamentos devido à muralha incessante dos Republicanos, pode liquidar chamados terroristas sem os devidos processos, deter prisioneiros indefinidamente sem culpa formada, fazer espionagem sem autorização judicial e iniciar infundáveis caças às bruxas nos funcionários federais (o chamado «programa de ameaça interna»). Dentro dos Estados Unidos, este poder é caracterizado por demonstrações de força intimidatória, pelo reforço de leis militarizadas locais, estaduais, federais. No exterior, pode começar guerras à vontade e iniciar qualquer outra actividade. Em 2011 quando a guerra política sobre a dívida começava a paralisar Washington, o governo conseguiu reunir forças para derrubar o regime de Muamar Kadhafi na Líbia e dar assistência aberta e secreta à intervenção francesa no Mali. Na altura do feroz debate sobre a continuação das inspecções da carne e do controle aéreo de civis por causa da crise orçamental, o governo conseguiu 115 milhões de dólares para continuar uma guerra civil na Síria e pagar pelo menos 100 milhões de libras às Comunicações do Reino Unido para comprar influências e entrar no sistema de inteligência desse país. Desde 2007, duas pontes com auto-estradas interestaduais caíram devido a manutenção inadequada de infra-estruturas, uma matando 13 pessoas. Durante o mesmo período de tempo, o governo gastou 1,7 mil milhões a construir um edifício no Utah do tamanho de 17 campos de futebol. Esta estrutura monumental servirá para a Agencia de Segurança Nacional guardar um yottabyte de informação, o maior designador numérico que os cientistas de informática inventaram. Um yottabyte é igual a 500 quintilhões de páginas de texto. Precisam de todo esse espaço para arquivar cada traço da nossa vida electrónica (Lofgren, M., 2014).

«Sim há outro governo escondido atrás daquele que é visível de cada lado da Av. Pensilvânia, uma entidade híbrida de instituições públicas e privadas que dominam o país de acordo com dados permanentes e contínuos, ligados, mas só intermitentemente controlados, pelo estado visível cujos líderes nós escolhemos». «O estado profundo é o híbrido da Segurança Nacional e das agências de reforço da lei. Inclui também o Departamento do Tesouro, o Departamento de Estado, o Departamento de Segurança Interna, a Agencia Nacional de Segurança e o Departamento de Justiça. Também inclui o Departamento do Tesouro por causa da sua jurisdição sobre os fluxos financeiros, o seu reforço de sanções internacionais e a sua simbiose

orgânica com Wall Street. Todas essas agências são coordenadas pelo departamento executivo do presidente via Conselho de Segurança Nacional. Algumas áreas chave do judiciário pertencem ao departamento de Estado, tais como a supervisão dos negócios estrangeiros, cujas acções são um mistério mesmo para a maioria do Congresso. «Há agora 854 000 pessoas contratadas com vistos *top-secret* — um numero maior do que os funcionários civis *top secret* do governo. Desde o 11 de Setembro, foram construídas ou estão em construção 33 edifícios nos subúrbios de Washington. Em conjunto, ocupam o piso térreo de quase três Pentágonos — cerca de 17 milhões de metros quadrados. Setenta por cento do orçamento da comunidade de inteligência gasta-se a pagar contratos. E a interacção entre o governo e a indústria é altamente permeável: O director da Inteligência Nacional James R. Clapper é um executivo que veio da Booz Allen Hamilton, um dos maiores contratadores de inteligência [o primeiro patrão de Edward Snowden, pertença do Grupo Carlyle]. O seu predecessor como director, o Almirante Mike McConnell, é o actual vice-presidente da mesma companhia; Booz Allen está 99 por cento dependente de negócios governamentais. Estes contratadores dão agora o mote político e social em Washington, e gerem cada vez mais a direcção do país, mas fazem-no em silêncio, nada se sabe nos Registos Federais, e raramente são sujeitos a audições no Congresso. «Os executivos dos gigantes financeiros têm até mesmo imunidade criminal. A 6 de Março de 2013, testemunhando perante o Comité Judicial do Senado, o advogado General Eric Holder afirmou: «Preocupa-me que o tamanho de algumas destas instituições se torne tão grande que nos seja difícil processá-los quando for necessário, quando houver problemas criminais com eles, haverá um impacto negativo na economia nacional, talvez mesmo na economia mundial». Estão profundamente diluídos nas sombras da classe dominante, uma ideologia que não é nem especificamente democrata nem republicana. Dentro do país, quase todos acreditam no «Consenso de Washington»: financiamento, terceirização, privatização, desregulamentação e mercantilização do trabalho. Internacionalmente, advogam o «Excepcionalismo americano», o direito e o dever dos Estados Unidos de entrar em qualquer região do mundo com diplomacia e botas coercivas e ignorar totalmente as normas internacionais de comportamento civilizado. Através de formas há longo tempo estabelecidas de formas intensas de cooperação, o Estado Profundo ultrapassa largamente as fronteiras dos Estados Unidos. (Lofgren, M., 2014).

Quando o Congresso votou não interferir na espionagem dos telefones pela NAS descobriu-se que os 217 que votaram «não» receberam o dobro na campanha de financiamento da industria de defesa e inteligência do que os 205 votantes «sim». A investigação mostrou que o orçamento da defesa revelava melhor o voto dos membros do que a filiação nos partidos. Os membros da casa que votaram pela continuação permanente do programa de espionagem recebiam em média mais dinheiro dos contratadores da defesa do que os que votaram pelo seu desmantelamento. Comités de acção política e empregados de firmas de defesa e inteligência como a Lockheed Martin, a Boeing, United Technologies, Honeywell International, e outros apresentaram 12.97 milhões em donativos para dois anos a terminar em 31 de

Dezembro de 2012. Os legisladores que votaram para continuar o programa de espionagem da NAS receberam cerca de 41,635, enquanto os membros do Congresso que votaram pela negativa receberam cerca de 18.765\$ (Boehm, E. 2014).

As elites da segurança nacional da América agem na ideia de que qualquer recanto no mundo é de grande significado estratégico e que há ameaças aos interesses dos Estados Unidos em todo o lado. Claro que vivem num permanente estado de terror. Tem de haver uma política de domínio global para tornar o mundo seguro para a América. Um rápido olhar ao mapa mostra que esta percepção está profundamente errada. A classe dominante está a criar os inimigos que tenta combater. O estado de segurança nacional é muito desequilibrado e inseguro. Recentemente, essa estrutura de agências de espionagem labirínticas adormecidas em preparativos antiguerra, as forças armadas norte-americanas (com os seus segredos próprios, as forças de operações especiais, que vivem no seu interior), e o Departamento de Segurança Interna, uma conglomerações monstruosa de agências que é um verdadeiro «departamento de defesa», assim como um vasto contingente de fabricantes de armamento, contratadores, e aproveitadores apoiados por um exércitos de lobistas, nunca parou de crescer (Kravets, D., 2013, London, E. 2014).

«Obama é apenas um mero executante. Do ponto de vista da classe dominante ele é a figura perfeita devido ao mero facto de a sua aparência confundir e desarmar tanta gente. Parece ter passado a vida a tentar ser escolhido para representar Judas. Ponto final» (M. 2014; veja-se também Ford, G. 2014^a; Ford, G. 2014b; Chomsky, N. 2014).

Um novo relatório espantoso apresenta provas extensas de como algumas das maiores corporações mundiais pactuaram com firmas privadas e agências do governo para espiar activistas e grupos sem lucro. Activismo ambiental é um alvo importante e não exclusivo dessas actividades. Um dos grupos que tem sido mais visado e por corporações de vários níveis é o Greenpeace. Nos anos 90, o Greenpeace foi seguido pela segurança privada Beckett Brown International (BBI) para o maior fabricante de cloro, a Dow Chemical, devido à campanha da organização ambiental contra a utilização do cloro para fabricar papel e plásticos. Outros escritórios da Greenpeace em França e na Europa foram espiados e tiveram escutas feitas por firmas francesas privadas e por ordem da Électricité de France, o maior operador do mundo das fábricas nucleares, 85% dos quais pertence ao governo francês. As companhias petrolíferas Shell e BP também contrataram a Hackluyt, uma firma de espionagem privada, com «fortes ligações» ao MI6, para se infiltrarem no Greenpeace. Muitas das maiores corporações mundiais e os seus associados — incluindo a Câmara de Comércio americana, a Dow Chemical, Kraft, Coca-Cola, Chevron, Burger King, McDonald, Shell, BP, BAE, Sasol, Brown & Williamson and EON — estiveram ligadas à espionagem ou tentaram a espionagem contra organizações não lucrativas, activistas e agitadores» (Ruskin, G. 2013).

O Estado Profundo é construído sobre as vantagens estruturais que o executivo tem sobre o legislativo e o judiciário [11]. É o executivo o primeiro alvo para lobbies e donativos; tem acesso directo ao reforço da lei, agências repressivas e de espionagem; participa em negociações internacionais; trata da media e discute com os gigantes económicos. Enquanto em teoria a democracia assenta em sistemas de controlo mútuo, o executivo tem sempre uma tendência para minar o controlo democrático. O resultado perturbador desse desequilíbrio é a soma inacreditável de dinheiro entregue aos militares (Orçamento Negro 2013). A maior parte do alarido oficial sobre a espionagem da NSA é profundamente hipócrita: claro que os serviços de inteligência espiavam não só noutros países como em grupos dissidentes, e na indústria. Já tinha acontecido isso com a Echelon. Enquanto os ramos executivos se situam nas redes de um mundo competitivo isso não vai mudar. Os mecanismos de controlo democrático são demasiado débeis para serem efectivos. Frequentemente os governos nada sabem das suas próprias agências de espionagem como a NSA (Greenwald, G. 2014; Contra-Inteligência: O Estado Profundo).

Operações secretas são normalmente actividades criminosas efectuadas por instituições estatais ou quase estatais. Frequentemente são quase terrorismo de estado (tortura, rendições, falsa bandeira, mudança de regime, negociações de guerra, espionagem agressiva). Há também comportamento criminoso nas corporações. [12]. Lobbies, juntamente com políticos subornados, criam leis para proteger e facilitar comportamento sem lei e resguardado das leis. As leis são feitas a favor delas [13]. A lavagem de dinheiro ajuda a limpar o dinheiro de origem criminosa e a investi-lo em negócios legais. As fronteiras entre o comportamento legal e ilegal são incrivelmente difusas. As indústrias financeiras são as mais visadas. A Gladio usou assassinos da Máfia para impedir gente de esquerda de ser democraticamente eleita para o governo, a alemã BND utiliza a extrema-direita e criminosos para se infiltrarem em partidos neonazis. A teoria do «inimigo interno» é utilizada para justificar a repressão interna que, há décadas serve para controlar a oposição e os dissidentes. O vice-presidente Dick Cheney parece ter comandado o seu próprio esquadrão da morte e aprovou pessoalmente a tortura, como Obama faz (Harris-Gershon, D. 2013; Zenko, M. 2013).

A ideologia neoconservadora tem ajudado a dismantelar as regras do estado e a transferir riqueza a um por cento. Agora, estão em posição de influenciar grande parte da legislação do estado em seu favor. Eles e as suas fortunas estão protegidos por hostes de legisladores, gerentes, firmas de contabilidade, advogados, consultores de impostos, fazedores de opinião, estações de rádio, estúdios de filmagem, escritores, medias, investigadores, escritores-sombra, lobistas, guarda-costas e outros lacaios a seu serviço. Como a propriedade privada é o bezerro de ouro do capitalismo, e o capitalismo selvagem se tornou a bíblia da classe dominante, podem até mobilizar forças policiais e até o exército a seu favor. Aqui, o estado-nação e o seu governo continuam a ser agências importantes. Nações-estado podem facilmente ser jogadas umas contra as outras, por exemplo com evasão de impostos. Os ricos

conseguem ser admirados em público como os verdadeiros heróis da sociedade, as estrelas de sucesso, e a personificação do que já foi chamado o Sonho Americano (Polk, S. 2014).

Isto é o fim da democracia tal como a conhecemos, e a vitória definitiva da plutocracia.

2.6 Estudos de Casos

9/11 — O Crime Encoberto

O Conjunto de Princípios para Protecção e Promoção dos Direitos Humanos Através da Acção para Combater a Impunidade, apresentada à X Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas a 8 de Fevereiro de 2005, define a impunidade como: «a impossibilidade, *de jure e de facto*, de levar os perpetradores de violações — a tribunais civis, administrativos ou disciplinares — porque não estão sujeitos a qualquer inquérito que possa levá-los a serem acusados, presos, julgados, se achados culpados, sentenciados a penas apropriadas, e a indemnizações às suas vítimas» [15]

Há sérias dúvidas a respeito do Relatório da Comissão do 9/11: membros da Comissão do 9/11, assim como o director executivo Phillip Zelikow, têm conflitos de interesses. Zelikow tem maiores ligações à Casa Branca do que declara publicamente e tentou influenciar o relatório final de tal maneira que os outros membros frequentemente se aperceberam, na tentativa de diminuir a responsabilidade da administração Bush e promover a sua agenda contra o Iraque. Zelikow teve pelo menos quatro encontros privados com o anterior director político da Casa Branca Karl Rove, e parece ter mantido muitas conversas telefónicas com pessoas da Casa Branca. Os advogados da Casa Branca tentaram impedir a criação da comissão e paralisar o seu trabalho desde o início (Shenon, P. 2013).

Os dois presidentes da Comissão, Thomas H. Kean e Lee H. Hamilton, acham que o governo estabeleceu a comissão de maneira a garantir o seu fiasco. No seu livro *Sem Precedente: A História por Dentro da Comissão do 9/11* (Kean, T. H. Hamilton, L. H. 2006) Hamilton que descreve a sua experiência apresenta uma série de razões para chegar a esta conclusão, como: a criação tardia da Comissão e o prazo muito curto, imposto ao seu trabalho; os fundos insuficientes, inicialmente apresentados para executar uma investigação tão difícil (mais tarde a Comissão pediu fundos adicionais mas recebeu apenas uma fracção dos fundos requisitados e os presidentes continuavam a sentir-se amarrados); os muitos políticos que se opuseram à criação da Comissão; a resistência contínua e oposição ao trabalho da Comissão por muitos políticos, principalmente os que não queriam ser acusados do que aconteceu; o engano da Comissão com várias agencias cruciais do governo, incluindo o Departamento da Defesa, a NORAD e a FAA; e a negação de acesso de várias agencias a documentos e testemunhas. «Portanto há todas as razões para pensarmos que estávamos destinados ao fracasso».

Perturbados com o facto de que tantos factos relacionados com o 11 de Setembro permanecem por investigar em 2013 perguntei a vários amigos e colegas da academia americana: «Podes ajudar-me a perceber porque ninguém leva os perpetradores a tribunal com todas as provas que já temos? Apenas recebi uma reacção séria que passo a referir mantendo o anonimato:

«Primeiro, não posso dizer que acredito na verdade oficial porque não há um estudo científico do acontecimento por fontes oficiais. Os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001 ficam portanto abertos a teorias alternativas. Todas as teorias sobre este assunto, incluindo a oficial, são por definição teorias da conspiração, ou seja explicações para acontecimentos criminosos a respeito de uma conspiração concebida por duas ou mais pessoas em segredo. Para acreditar numa teoria sobre conspiração (ou algo no género) sem uma revisão cuidada de todas as provas seria irresponsável. Continuo descrente.

Segundo, não acredito que o governo dos Estados Unidos fizesse um estudo científico verdadeiro sobre o assunto. Nem no que sabemos até hoje. Se a versão oficial parecer falsa a alguns olhares, isso pode deslegitimar a guerra contra o terror. Como análise racional do imperialismo e terrorismo doméstico, a guerra contra o terror é demasiado importante para ser perdida nestes tempos de crise. Mesmo a percepção de que as coisas não aconteceram da maneira que o governo diz pode significar problemas. O Relatório da Comissão é definitivo. Não haverá investigação criminal.

Terceiro, quem nos Estados Unidos tenha uma teoria alternativa, principalmente na academia, é ridicularizado e marginalizado. As pessoas conhecidas, que acham alguns aspectos da narrativa oficial esquisitos, reconhecem de certeza que reclamar não terá qualquer efeito, os custos pessoais de desafiar a teoria do governo serão maiores do que os benefícios públicos. Os Estados Unidos são agora uma sociedade fechada e punitiva. As pessoas estão amedrontadas. Para quê arriscar a carreira? Nenhuma teoria alternativa ganhará apoio.

Quarto, mesmo que aceitemos a narrativa oficial do governo, o conhecimento dos factos prova a negligência criminosa da Administração Bush. Isto não teria acontecido se o governo se dedicasse a impedi-lo. Mas, por razões já referidas, esses factos darão em nada. Bush e o seu pessoal nunca serão responsabilizados pela maior falha de segurança na história dos Estados Unidos. Obama continua — e até alarga e endurece — as políticas neoconservadoras do seu antecessor. Não tem interesse em prosseguir numa investigação de crime por negligência criminosa.

Assim, verdadeiramente, o problema de se aconteceu ou não como o governo diz já está ultrapassado. Aconteceu desse modo porque assim tem de ser. Seja como for, serviu para devastar a sociedade.»

A verdade é que ninguém quer saber do que aconteceu, e quem é o responsável. O importante é saber quem está a impedir uma nova investigação com todas as dúvidas em cima da mesa.

Os ataques do 11 de Setembro são utilizados para justificar uma revolução institucional para completar um processo de integração e coordenação de todas as capacidades do poder nacional dos Estados Unidos através de uma campanha de comunicações estratégicas (SC) desenvolvida a nível global. A Guerra Global ao Terror (GWOT) estimula uma narrativa de crise associada a este esforço imprecendente de educação pública. De modo a vender a sua ideia, o governo dos Estados Unidos assenta numa rede de especialistas: veteranos militares, oficiais de alta patente como almirantes e jornalistas profissionais e académicos que contribuem para forjar um consenso, ou, como diria Michel Foucault, um «regime de verdade» que obriga a ser verdade uma certa interpretação, enquanto ignora ou desacredita críticas e narrativas «contrárias». (Gygax, J., Snow, N. 2013»). Muitas das histórias oficiais do 11 de Setembro foram baseadas nas confissões de Khaled Sheikh Mohammad que, no entanto, lhe foram arrancadas sob tortura não só dele mas também do filho, na sua presença.

Ucrânia — mudança de regime

Durante anos, o acordo de associação entre os Estados Unidos e a Ucrânia foi de importância menor. Muitos políticos americanos, principalmente o chanceler alemão, demonstraram um perfeito desinteresse pela Ucrânia. Quando, em Novembro de 2013, a Rússia pediu acesso à mesa de negociação, os Estados Unidos recusaram.

Enquanto Bruxelas jogava com o tempo, os Estados Unidos estavam a preparar a queda do governo. Desde o fim da guerra-fria os Estados Unidos têm estado a cercar a Rússia, criando uma base atrás da outra, sempre à procura de outras, incluindo na Ucrânia. O desenvolvimento de novos sistemas de armamento na Europa oriental obedece a um plano de antagonismo contra Moscovo que foi proposto no *Washington Post* pelo pai ideológico da administração Obama, Zbigniew Brzezinski, logo depois de um autoproclamado grupo de líderes de Maidan ter afastado o governo eleito. Trai todos os que suspeitam que ele pode ter mudado a sua posição nas suas publicações recentes: «O Ocidente deveria reconhecer já o actual governo da Ucrânia como legítimo. A incerteza quanto ao seu estatuto legal poderia tentar Putin a repetir a sua charada da Crimeia... Entretanto, forças da NATO, de acordo como plano de contingência da organização deveriam estar de prontidão. Unidades de aviação dos Estados Unidos devem estar prontas a partir a qualquer instante. Se o Ocidente quer evitar um

conflito, não deverá haver ambiguidade no Kremlin, no que pode precipitar um maior uso aventureiro de força no meio da Europa» (Brzezinski, Z. 2014).

Os Estados Unidos tentaram, mas falharam em tomar a Ucrânia em 2004 com a «Revolução Laranja» financiada por Washington. De acordo com a assistente do Secretário de Estado (e mulher do pai da PNAC Robert Kagan), Victoria Nuland, desde este fracasso Washington investiu 5 mil milhões de dólares na Ucrânia para fomentar a agitação para a entrada da Ucrânia na Europa. [16]. Os membros da Europa abririam a Ucrânia ao saque pelos banqueiros europeus e corporações, mas o principal alvo de Washington é estabelecer bases de mísseis norte-americanos nas fronteiras da Rússia com a Ucrânia e retirar à Rússia a base naval no Mar Negro e as indústrias militares no leste da Ucrânia. Para a Ucrânia tornar-se membro da Europa significa tornar-se membro da NATO (Roberts, P.C. 2014).

Quando o presidente Yanukovitch declarou a 21 de Novembro que não ia assinar o acordo de associação com a Europa surgiram os confrontos nas ruas de Kiev. Centenas de milhares foram para as ruas e para a praça Maidan nos fins de semana de Dezembro. Foi o ponto crítico de uma campanha levada a cabo pelos três partidos de oposição, *Pátria* (Yuljia Tymochenko, Arsenji Yatsenyuk), *Bang* (a Fundação Konrad Adenauer alemã apoiou o campeão Vitali Klitschko) e *Liberdade* (Svoboda, cujo líder Oleh Tjahnybok é muito ligado à rede dos partidos fascistas europeus). O seu alvo comum era expulsar o presidente Viktor Yanukovych cujo partido das Regiões ganhou nas eleições de 2012. A entrada de Kiev para a Europa não estava longe; após o que o país gozaria as delícias do neoconservadorismo, recebendo os benefícios do pacote privatização-desregulação-austeridade e unir-se-ia a Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha como um órfão empobrecido da família. A primeira ministra deputada da Crimeia, Olga Kovitidi, descreveu como predatórios os termos de um acordo que Kiev estava pronto a assinar com o Fundo Monetário Internacional (*Voz da Rússia*, 2014).

...